

A MISSÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA NO BRASIL

Por Antonio Miranda

RESUMO

Os princípios que deveriam consubstanciar a missão da biblioteca pública, como elemento de integração nacional no Brasil, são: 1) promover o idioma nacional e a indústria editorial; 2) fornecer publicações oficiais para informar os cidadãos sobre sua participação em políticas públicas; 3) fornecer livros e outros materiais para o estudante (e o autodidata); 4) apoiar campanhas de alfabetização e fornecer livros adequados aos neo-alfabetizados; 5) ser depositária do acervo da inteligência e da história do município ou região; 6) prestar serviços de informação técnica, comercial e turística às firmas locais e aos cidadãos. Tais objetivos e metas seriam gradualmente atingidos segundo as disponibilidades locais e cada biblioteca, mesmo sendo parte de um sistema, determinaria a sua própria política.

Nota introdutória: o presente artigo foi publicado originalmente na **Revista de Biblioteconomia de Brasília** (Vol. 6, n. 1, jan./jun. 1978, p. 69-75) e logo republicado em forma de Separata para ser distribuído às bibliotecas públicas pelo antigo Instituto Nacional do Livro. À época o autor assumia a Assessoria de Planejamento Bibliotecário da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/MEC.

Qual a missão da biblioteca pública num país de dimensões continentais e de desnivelamentos regionais tão marcantes como o Brasil?

Não pretendemos dar uma resposta definitiva – mesmo porque a biblioteca é um fenômeno histórico em regime de mútua e permanente influência (interação) com o meio-ambiente e também porque toda instituição (apesar dos tecnocratas e dos apologistas da “administração por objetivos”) está umbilicalmente ligada àqueles que a organizam, que a fazem viver, que emprestam a ela a marca de sua vontade e de sua personalidade. A biblioteca é, por conseguinte, uma célula viva, única. Nenhuma biblioteca é igual a outra. Conseqüentemente, objetivos gerais acabam por ajustarem-se às possibilidades e necessidades específicas de cada biblioteca. Longe de constituir-se numa desvantagem, esta é a essência mesma de qualquer instituição democrática: a de ajustar-se a um plano diretor ou a um sistema geral sem perder de vista os seus próprios objetivos, sem renunciar a satisfazer as necessidades peculiares de seus próprios usuários.

Não podendo nem pretendendo indicar leis que governem os destinos de nossas bibliotecas, contentar-nos-emos com sugerir algumas idéias que consubstanciem uma política geral ou a formulação de objetivos para as nossas bibliotecas públicas.

Sabemos de memória algumas definições clássicas do que seja uma biblioteca ideal. André Malraux escreveu inspiradamente sobre a vocação civilizadora das bibliotecas e a Unesco divulgou princípios universais para as bibliotecas públicas. Ninguém deve desconhecer tais

autoridades. No entanto, as definições clássicas que conhecemos resultam abrangentes demais, parece que foram desenhadas para uma realidade mais propícia do que a nossa, figuram um tanto pretensivas quando confrontadas com a atmosfera pobre, subdesenvolvida e tímida de nossas pequenas e mal aparelhadas bibliotecas municipais. Tão pobres e desprovidas de tudo que apenas sobrevivem pela abnegação e o destemor de uns quantos iluminados ou, na maioria dos casos, adormecem como depósitos perdidos, com livros mortos nas estantes por falta de mãos hábeis para dinamizá-los. O mais das vezes, as nossas bibliotecas públicas devotam-se à missão supletiva das bibliotecas escolares.

Alguns bibliotecários continuam sonhando – por ingênuo desejo de **status** e prestígio institucional – com leitores eruditos e bem vestidos, quando deveriam rejubilar-se com a visita acanhada do lavrador maltrapilho que indaga sobre princípios de puericultura.

A ideologia que motiva as nossas bibliotecas é tipicamente de classe média – a mesma dos nossos bibliotecários – e a cultura que elas pretendem divulgar está mais para os valores universais e perenes (sic) do que para o reconhecimento de nossa própria cultura emergente, do nosso folclore e artes populares. A biblioteca parece querer, muitas vezes, **impor** um modelo de cultura estranho ao próprio habitat (portanto, alienadamente), em vez de hastear-se na dinâmica mesma dos valores culturais em germinação na comunidade. Talvez por esta razão a biblioteca ainda tem pouco peso e importância na vida cultural de nossos municípios.

Seja como for, estamos assistindo ao surgimento de salões de leitura e de bibliotecas por todo o Brasil graças à ação paciente do Instituto Nacional do Livro (INL) e à iniciativa de governadores, prefeitos e personalidades ligadas à vida de nossos municípios. Já são mais de dois mil municípios participando de convênios com o INL e, ainda que num ritmo lento, parece seguro esse crescimento.(*)

Que objetivos vão cumprir tais milhares de bibliotecas públicas? Dispersas nos diferentes contextos sócio-culturais e econômicos das mais dissímeis regiões brasileiras, numa gama diferencial imensa de características ditadas pelas disponibilidades locais, é provável até que elas inspirem termos de **gradualismo** na aplicação de quaisquer princípios, metas e objetivos gerais. Ao mesmo tempo, tal gradualismo não tomaria em conta apenas a seqüência no tempo (planos a curto, médio e longo prazos), mas também a geografia (as regiões menos favorecidas demandando atenções especiais, a existência ou inexistência de uma infra-estrutura, etc.) e, sobretudo, as aspirações legítimas de cada caso. Em linhas gerais os objetivos que inspirariam a missão das bibliotecas públicas seriam os seguintes:

1 PROMOVER O IDIOMA NACIONAL. O apoio decisivo ao livro nacional e à sua difusão para que o público brasileiro, de todas as idades e níveis sociais, possa enriquecer-se compartilhando (pela leitura ou qualquer outra forma de comunicação) o acervo cultural de nosso país: os clássicos da língua, os autores modernos, os filósofos, os historiadores e os técnicos das diversas especialidades, os poetas, os dramaturgos, os músicos e todos os demais criadores nacionais, assim como as traduções do que melhor se produziu e continua produzindo no exterior. O livro (fundamentalmente) e os meios audiovisuais dariam ao usuário da biblioteca pública o acesso ao acervo produzido pela inteligência nacional ou

pela experiência estrangeira, para que ele, mediante o que se convencionou chamar de atualização permanente de conhecimentos, possa encontrar meios para enfrentar o tremendo processo de transformação que vive a nossa sociedade e o mundo ao nosso redor, assim como para resistir às pressões “bitolantes” e alienantes criadas pelos meios de comunicação de massa e a sociedade de consumo, moldados em figurinos quase sempre estranhos a nossa própria realidade nacional.

Se o subdesenvolvimento é causado pela falta de informação – país rico é aquele que gerou ou absorveu a informação que necessitava para o próprio desenvolvimento e dedica parte desses conhecimentos para a exportação e a manutenção de seus privilégios – e se aceitarmos o fato de que o homem está cada vez mais só na multidão, a biblioteca daria ao **indivíduo** a oportunidade de se informar, de se instruir, e de se distrair. Como toda regra tem a sua exceção, as minorias étnicas mereceriam atenção fornecendo-se-lhes também livros nos idiomas de seu domínio, sempre e quando houver o desejo expresso dos interessados e os meios para atendê-los.

Num país ameaçado de perder a habilidade de falar o idioma pátrio por culpa do baixo nível de ensino (consequência de sua inevitável massificação acelerada) e de outros fatores que não vêm ao caso discutir aqui, a **promoção da boa leitura** bem poderia converter-se numa arma contra a descaracterização de nosso idioma e de nossa cultura pela invasão de produtos estrangeiros “enlatados” para consumo fácil.

Vista desta perspectiva, a biblioteca pública converte-se em veículo de **integração nacional** e a leitura, um forte instrumento para a nossa independência cultural.

2 FORNECER PUBLICAÇÕES OFICIAIS para que os cidadãos possam informar-se sobre leis, instituições e serviços que afetem a sua própria vida. Longe de converter-se num fator de “dirigismo” nos moldes dos países totalitários, daria ao indivíduo o conhecimento de seus deveres e direitos, das oportunidades que existem para ele, dos meios pelos quais ele pode desenvolver-se para o progresso próprio, da família e do país. Todo plano nacional de desenvolvimento é um plano diretor que pretende moldar a ação de todos e de cada um, e cabe a cada um conhecer as opções que se lhes oferecem e os meios à disposição para participar do esforço nacional de desenvolvimento e de influir no aperfeiçoamento e adequação permanente das políticas públicas setoriais.

Na verdade, o usuário tem o direito de encontrar na biblioteca local os textos de leis, decretos e toda informação pertinente que possa interessar-lhe como cidadão. Afinal, a biblioteca pública municipal é um serviço público, financiado pelos cofres públicos mediante o pagamento de impostos; deve, portanto, constituir-se num centro de informação útil para a localidade. Tanto pode incluir o calendário das épocas propícias para o plantio na região, as regras oficiais de futebol, os folhetos que explicam o serviço militar obrigatório e as datas de convocação, quanto os horários de ônibus e trens locais e as oportunidades de ensino na região. Não se trata, nem de longe, de incumbir o bibliotecário da pueril missão de tornar-se um agente de informação mastigada e pré-fabricada, aprendida de memória e ministrada impessoalmente no velho estilo burocrático, mas de indicar os catálogos, obras de referência e outras fontes (impressas ou eletrônicas) onde o leitor, por si mesmo, possa

informar-se. Trata-se de atendê-lo como um indivíduo, autônomo, independente, e de educá-lo na arte de informar-se.

Se a biblioteca for **útil**, ela será estimada, apoiada e prestigiada. Se, ao contrário, ela for um OVNI ou uma **avis rara** alienada dos interesses locais, existir ou não existir não fará a menor diferença para o cidadão comum e, como já dizia o velho Ortega y Gasset, a sociedade pune com o esquecimento e o abandono os que não a servem devidamente...

3 FORNECER LIVROS E OUTROS MATERIAIS PARA O ESTUDANTE engajado em tarefas escolares formalizadas, ou para o autodidata. Num país onde os livros são caros (se tomarmos em conta o nosso poder aquisitivo), onde a produção de livros é ainda limitada, e onde o número de livrarias é insignificante e, sobretudo, onde praticamente inexistem as bibliotecas escolares e infantis, a biblioteca pública tem porque preocupar-se com o problema do acesso ao livro e à informação.

Se a educação é a base sólida para o desenvolvimento massificador, precário e superficial, só a biblioteca pública pode dar ao estudante a oportunidade de ampliar os seus estudos, de aprofundar os seus conhecimentos e, acima de tudo, de tornar mais **individual**, esclarecido e frutífero o processo compulsório de socialização do estudante e do indivíduo, processo que pouco vem promovendo a inteligência e a criatividade do aluno e do homem brasileiros.

4 APOIAR CAMPANHAS DE ALFABETIZAÇÃO E FORNECER LIVROS ADEQUADOS AOS NEO-ALFABETIZADOS. Num país onde nem todos adquiriram o **direito universal de ler** (que amplia a liberdade pessoal), cada não-leitor (analfabeto ou alfabetizado) deve ser a preocupação fundamental da biblioteca.

Toda e qualquer campanha de alfabetização deve receber o apoio das bibliotecas, seja sediando as equipes de alfabetizadores, seja oferecendo materiais de leitura para tal atividade civilizadora, organizando-os e divulgando-os convenientemente. A biblioteca pública deveria considerar que a sua missão só estaria sendo cabalmente cumprida no dia que o neo-alfabeto pudesse passar espontaneamente da coleção especial para a leitura desembaraçada dos livros do acervo geral. Não é demais lembrar que leitura para neo-alfabetizados constitui-se em questão complexa porque não se trata de literatura infanto-juvenil (em virtude do nível de leitura) e nem de oferecer textos adultos de difícil absorção, requerendo critérios especiais para a seleção de textos adequados, quando não houver a providência de produção de livros específicos para estes neo-leitores.

5 SER DEPOSITÁRIA DO ACERVO DA INTELIGÊNCIA E DA HISTÓRIA LOCAL. A biblioteca deve devotar-se à obtenção das obras que representam a cultura e a história da comunidade, do município e seu entorno, solicitando ou comprando livros, folhetos e outros materiais de autores eruditos e populares do lugar. Onde as condições forem propícias, a biblioteca deverá ser mais abrangente em seu trabalho de pesquisa, colecionando os jornais e revistas da localidade; ou os recortes de jornais de fora que

abordem temas locais; reunindo cartões-postais e fotografias de épocas distintas; fotografando ela mesma os monumentos e edifícios de valor que estejam ameaçados de desaparecimento pelo progresso ou pela falta de visão das autoridades; gravando o testemunho de personalidades ou de populares sobre os eventos culturais e folclóricos mais representativos. Esta coleção, quando existente, deveria ser a única a ser devidamente preservada para as gerações futuras – enquanto o acervo poderá até destruir-se se e quando houver um uso massivo...- , exigindo um controle mais rigoroso sem, contudo, imobilizar o patrimônio.

6 FORNECER SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO TÉCNICA E COMERCIAL às firmas locais, às novas e futuras indústrias, bem como sobre as oportunidades para o turismo, tarefa que poderá ser feita em parceria com órgãos nacionais e regionais específicos. Poucas bibliotecas públicas brasileiras já chegaram ao nível de desenvolvimento como para oferecer serviços tão sofisticados e complexos. De qualquer maneira, nas capitais estaduais e nos municípios mais industrializados, a biblioteca poderia reunir informações cadastrais, impressas, etc., sobre as firmas locais para o grande público e servir também de meio para as firmas obterem informações que elas necessitam (de mercado, aquisição de cópias de documentos, de patentes, de artigos científicos ou divulgativos, etc.) mesmo que cobrando por esses serviços.

Sem pretender rivalizar com as agências de turismo ou com serviços especializados em informação turística, a biblioteca pode colocar à disposição dos usuários folhetos e guias sobre as oportunidades de recreação e lazer existentes na área.

Sobretudo, a biblioteca deve afixar, em local bem visível, informações de utilidade para os munícipes: notícias sobre cursos e conferências; cartazes anunciando peças de teatro, shows, competições esportivas, festas religiosas ou típicas, etc.

Na batalha para atrair os leitores, a imaginação deve voar sem limites. Das bibliotecas públicas já se disse que elas podem fazer tudo, desde promover a leitura até servir de consultório sentimental... Elas podem oferecer a receita de cozinha com a mesma seriedade e dignidade com que oferecem um curso sobre a sexualidade de alguns animais exóticos; podem fazer campanhas para a arrecadação de livros com também venderem revistas culturais e cartazes de significação cultural. Ou organizarem aulas para alunos atrasados nos estudos, ou cederem salas para as classes de orientação em saúde pública. A biblioteca pode oferecer toda sorte de serviços sem, porém, desvirtuar sua missão fundamental de promover o gosto e o hábito da leitura. Todas as atividades que ela organize devem servir para atrair e conquistar o leitor para tal missão.

Afinal, o que não se justifica são as salas de leitura vazias e a baixa rotatividade dos livros nas estantes. É bem certo que poucas bibliotecas terão condições, a curto prazo, de se constituírem em autênticos complexos culturais como seria desejável, englobando salões de exposição, cineclubes e até museus. Também é certo que o trabalho de organização e rotina demanda um tempo considerável do bibliotecário, mas na medida em que ele abreviar e simplificar essas tarefas-meio (a catalogação dos títulos, a organização dos catálogos, os procedimentos de empréstimo, etc.) tanto mais tempo poderá dedicar ao essencial e

realmente importante que é a atenção ao usuário, à movimentação do acervo. Como bem resumiu o próprio INL, “*os livros são para ler*”.

Seja como for, cada biblioteca – mesmo que participando de autênticos sistemas integrados – deve moldar-se às necessidades do município segundo os meios ao seu alcance, e nem mesmo os argumentos da centralização de atividades recomendada pela “organização em rede” (a qual exige obediência à padronização e normalização de serviços e dos processos técnicos) devem inibir as iniciativas dos bibliotecários ou dos encarregados das bibliotecas. Uma biblioteca ou tem a sua personalidade própria ou passa despercebida, desaparece no anonimato ou na mediocridade de todas as rotinas sem convicção e sem alma. E esta, sim, não é a missão da biblioteca, mas parece, infelizmente, ser a imagem que dela faz o nosso público por culpa, talvez, da própria biblioteca que não soube “vender o seu produto”, que não soube elevar e fixar a sua imagem. Esta impressão infeliz e distorcida do que seja uma biblioteca (que todos nós lamentamos que persista, mas que pouco fazemos por modificá-la) é criada, sobretudo, pelos comentários daqueles que nunca ultrapassaram os umbrais de sua biblioteca pública municipal, por falta de incentivo para fazê-lo ou porque, havendo-a visitado, não encontraram nela a atmosfera de entusiasmo e hospitalidade, de boa vontade e de calor humano capazes de vencer todas as barreiras e dar ao leitor a sensação de que ele é parte da instituição, que é desejado ali e que, se não é melhor servido, é porque os recursos não permitem. E se o leitor não se torna um amigo e um aliado, então como esperar que ele ame, use, defenda e preserve as coleções de sua biblioteca?

(*) O INL foi extinto durante o governo Collor e o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas está ligado à Fundação Biblioteca Nacional e ao Ministério da Cultura. As bibliotecas públicas cresceram, mas também o número de municípios e, entre avanços e recuos, a situação continua sem grandes perspectivas. Durante a formulação do Programa Sociedade da Informação, de cuja redação participou Antonio Miranda na questão dos “Conteúdos e Identidade Cultural” chegou-se a um projeto de levar a internet a dez mil bibliotecas públicas em todo o Brasil, com recursos “garantidos” pelo FUST mas até agora não houve a sua implantação, apesar de completados todos os estudos técnicos de viabilidade.

ABSTRACT

The mission of the public library in Brazil

The principles that should substantiate the mission of the public library as an element for “national integration” in Brazil are: 1) promotion of the national language and publishing; 2) provision of governmental publications to inform the citizens about programmes that affect them directly, including the public policies; 3) provision of books and other materials for students in general and for the sake of self-education; 4) collaboration with literacy campaigns and the provision of adequate materials to the new readers; 5) collection of all materials concerning local history and culture; 6) provision of technical and commercial information to firms and people demanding it, including leisure and touristic facilities in the area. These objectives and goals should be reached gradually, according to local conditions and each library – even being part of a system or network – should determinate its own policy.

Key words: Public Libraries Policy; Public Library mission; Brazil public libraries